

HABEAS CORPUS Nº 400.722 - SE (2017/0119304-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : MARIA JOSEANE DA SILVA
ADVOGADO : MARIA JOSEANE DA SILVA - SE007077
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : NIXON JOSE DE OLIVEIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de NIXON JOSÉ DE OLIVEIRA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Na presente impetração, busca-se: "*Que se dê prosseguimento ao feito para, ao final, conceder, de forma definitiva, a Ordem do presente writ, determinando assim a suspensão da audiência admoestatória a ser realizada na 6ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, no dia 09/06/2017, às 08 h 30 min, para leitura da sentença e aceitação dos termos da suspensão da execução da pena privativa de liberdade, nos termos do artigo 588, do Código de Processo Penal Militar*" e "*Seja revogado o despacho exarado pela 6ª Vara, publicado no Diário Oficial de Justiça, do dia 28/03/2017, até julgamento do mérito do habeas corpus tombado sob nº 325551/SE (2015/0129121-9), que determinou a secretaria daquela Vara as seguintes providências: I.a - Lance-se os nomes dos réus no rol dos culpados; I.b - Oficie-se ao Comando Geral da PMSE, comunicando-o da decisão de fls. 261/267 e lhe encaminhando cópia. I.c - Oficie-se ao Núcleo de Identificação da Superintendência da Polícia Federal em Sergipe, do Departamento de Polícia Federal, para os fins cabíveis. I.d - Oficie-se ao Diretor do Instituto de Identificação Carlos Menezes, da SSP/SE, para os mesmos fins. I.e - Oficie-se ao Exmo. Sr. Desembargador Corregedor do Colendo Tribunal Regional Eleitoral*" (e-STJ fl. 33).

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 91/95). Contra essa decisão a defesa interpôs agravo regimental, do qual não se conheceu (e-STJ fls. 129/140).

Prestadas as informações, os autos foram encaminhados ao Ministério Público Federal, que se manifestou pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fls. 166/169).

Superior Tribunal de Justiça

É, em síntese, o relatório.

Das informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que o Juízo da 6ª Vara Criminal de Aracaju (SE) julgou extinta a punibilidade do paciente, nos seguintes termos (www.tjse.jus.br, processo n. 0037105-55.2011.8.25.0001):

[...] Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE, pela ocorrência da prescrição, com fulcro nos artigos 123, inciso IV c/c o art. 125, inciso VII, todos do Código Penal Militar.

Tal o contexto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator